



CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTIM
MAURO CAVALCANTE DE SOUZA

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTIM
PROTOCOLO

Recebido em: 06/10/23
Protocolo nº: 214/2023
Jus Salvo
Servidor

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTIM
MATÉRIA LIDA EM PLENÁRIO

Em 09/10/2023
Cinthia Aquino
Servidor

REQUERIMENTO Nº 112/2023

Fortim/CE, 06 de outubro de 2023.

EXMA. SRA. PRESIDENTE,
SRS(AS). VEREADORES (AS),

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTIM

(☒) Aprovado.
() Desaprovado.
() Arquivado.

Em 09/10/2023

[Assinatura]
Presidente

O Vereador **MILTON CIRÍACO DA COSTA**, no gozo de suas atribuições legais, vem **REQUERER**, a Mesa Diretora desta Casa Legislativa, ouvido o Plenário, na devida forma Regimental, que seja cedido espaço na Tribuna Livre da Câmara Municipal, ao Reverendo Sr. Padre Gledson Pedro da Silva – Pároco do Município de Fortim, que a convite deste Parlamentar, irá tratar sobre a **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 442, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, buscando a declaração de não recepção parcial dos artigos 124 e 126 do Código Penal, a fim de descriminalizar a conduta abortiva até 12 (doze) semanas e gestação.**

JUSTIFICATIVA

A presente proposição dá continuidade ao convite que este Parlamentar fez ao Pároco do Município, Pe. Gledson Pedro da Silva, para que utilize o espaço da Casa do Povo para tratar sobre a descriminalização do aborto até o 3º mês de gestação (12 semanas).

O tema a ser tratado está sendo bastante repercutido nacionalmente, em face da matéria estar sendo pautada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Conforme preceitua o artigo primeiro da Constituição Federal, a dignidade da pessoa humana é um dos princípios fundamentos da nossa república, este fundamento vela todo o nosso sistema jurídico e impõe que a existência dos seres humanos é anterior e independente de atribuição por qualquer ordem jurídica.

O direito à vida é garantido de maneira inviolável de acordo com o art. 5º da Constituição Federal, considerando que a personalidade civil da pessoa começa no nascimento

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTIM

Shopping Boulevard, Avenida Joaquim Crisóstomo, nº 1049 - 1º Andar - Centro

CNPJ: 35.050.772/0001-12 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 06.920.441-1

administrativo@cmfortim.ce.gov.br | www.cmfortim.ce.gov.br

FONE: (88) 3413-1575



CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTIM
MAURO CAVALCANTE DE SOUZA

com vida, sendo importante ressaltar que os direitos do nascituro são protegidos pela art. 2º do Código Civil Brasileiro.

Nesse deslinde, o Código Penal, em seus artigos 124 e 126, criminaliza o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento. Desta forma, fica clara a intenção do legislador em garantir o direito à vida, desde a sua concepção.

Não cabe, portanto, ao Poder Judiciário usurpar a atribuição do Poder Legislativo, em atuação explicitamente contrária à Constituição Federal. Não é admissível que um magistrado venha atuar além dos limites, claramente, definidos pela Carta Magna. Esta seria uma grave violação à tripartição de Poderes, princípio também estabelecido pela Constituição Federal.

A referida ação tem como relatora a Ministra Rosa Weber, e se fundamenta, quase que exclusivamente, no direito de liberdade das mulheres, tendo como base o direito comparado. No entanto, o nosso ordenamento jurídico pátrio não dá abertura para essa interpretação, conforme disposições da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional.

A prática do aborto causa consequências físicas graves, tais como a possível perfuração do útero, ruptura do colo uterino, histerectomia, hemorragia uterina, inflamação pélvica, gravidez ectópica, infecções, além de outras possíveis sequelas psicológicas como depressão, abuso de álcool e drogas, transtornos alimentares, dentre outros.

Portanto, cabe ao Poder Público e à toda coletividade lutar para que esse direito seja garantido para as presentes e futuras gerações.

Dessa forma, certo de contar com a aprovação pelos nobres Vereadores, reitero votos de estima e apreço.

Milton Ciríaco da Costa.

MILTON CIRÍACO DA COSTA
-VEREADOR-